

Nação em risco

NELSON MARCHEZAN

A constatação do Programa Comunidade Solidária, da Presidência da República, de que os projetos de renda mínima vêm ampliando-se e conquistando "atores" de diferentes matizes ideológicas nos deixa claro o seguinte: o equilíbrio econômico e a justiça social, que tirarão o Brasil do atraso em que se encontra, não virão com solução mágica, mas através da educação combinada à assistência.

No Congresso Nacional, atualmente, quatro diferentes soluções visam garantir o mínimo de condições às famílias para que mantenham seus filhos nas escolas. É inquietante a informação da Unesco de que o índice de evasão e repetência escolar no Brasil, atualmente, é da ordem de 57%, um dos maiores do mundo.

O problema, porém, não é recente. Nos anos 70, quando vivi a rica experiência de ser secretário do Trabalho, no Rio Grande do Sul, investigamos por que, dois meses após a matrícula, somente 60% dos alunos continuavam frequentando as aulas enquanto os demais, nas ruas, começavam a ver com naturalidade o dia-a-dia sem horários, sem compromissos, sem trabalho. Os motivos da evasão, há época, traduzimos, pela falta de alimentação, falta de acompanhamento dos pais, na maioria analfabetos, falta de interesse da própria escola no aluno, com dificuldades de acompanhamento. Em 1975, no Congresso, apoiado nesses resultados, consegui efetivar a CPI do Menor, decisiva para a universalização da merenda escolar, trazendo mais alunos para as salas de aula e comprovando a necessidade de somar educação com assistência.

Recebi, recentemente, do Comunidade Solidária, um parecer técnico sobre Projeto de Lei que apresentei agora, instituindo o Programa de Renda Familiar Mínima e de Promoção Sócio-Educativa dirigido a crianças e adolescentes em situação de risco social, com observação de que a iniciativa é relevante para o debate atual sobre as formas de enfrentamento da pobreza.

O material em suas 12 páginas de avaliação surpreendeu-me com a estimativa de que 8,5 milhões de crianças e adolescentes brasileiros são alvo da proposta que sugiro.

Elaborei o projeto baseado no cenário angustiante de que, atualmente, três em cada quatro crianças cursando o primeiro grau estão atrasadas na escola e

são vítimas de evasão e repetência em consequência da falta de acompanhamento e condições de manter o mesmo nível de aproveitamento de ensino dos colegas. Contudo, não dispunha da exata informação sobre o número de abrangência da proposta, o que agora rodeia meu raciocínio como deputado, tal o volume de brasileiros que têm seus futuros comprometidos se não agirmos rapidamente.

Da forma como coloquei o projeto, considerando a concessão de um valor mensal equivalente a 30% do salário mínimo por filho ou dependente de até 14 anos de idade às famílias com renda não superior a um salário mínimo, desde que os filhos ou dependentes de sete anos ou mais estejam frequentando a escola e os chefes de família estejam interessados no crescimento profissional, participando de cursos de treinamento e aperfeiçoamento, acredito que estaremos resgatando a cidadania através da educação.

Fôssemos implantar o programa hoje, avalia o parecer do Comunidade Solidária, seria necessário dispor de cerca de três bilhões de reais. Essa informação me fez acreditar com maior veemência que a reversão do quadro que entristece e constrange o Brasil é possível. Vejo que no Distrito Federal um programa bolsa-escola, que abrange cinco mil famílias e teve um custo de R\$ 5,6 milhões no ano de 1995, viabilizou-se e em menos de 12 meses já surte resultados. Na cidade paulista de Campinas, programa semelhante também já está dando frutos.

Procurei dividir equilibradamente os compromissos para garantir as fontes de recursos ao programa. A União se responsabiliza por 70% e os municípios por 30% dos recursos necessários. Afinal, toda a sociedade precisa ser parceira de uma ação que, através do ensino e do aprendizado das crianças, permita-nos vislumbrar dias de progresso e justiça em lugar de lamentarmos a má sorte de uma nação em que 5% de sua população, representada por crianças de zero a 14 anos de idade, andam à beira do abismo entre a dignidade e a total falta de expectativa das ruas.

É estarrecidora a comparação entre os rumos do mundo globalizado e o caminho que o Brasil ainda precisa trilhar para adequar-se à nova ordem mundial.

Um trabalho recém-concluído sobre globalização e impacto nas oportunidades de emprego a partir de dados da

ONU sobre as 100 maiores empresas multinacionais identifica como tendência uma redução do número de emprego por faturamento e descentralização acompanhada de polarização.

As empresas estão transferindo para suas subsidiárias as funções de pesquisa e desenvolvimento. Isto é bom. Mas esse movimento é limitado ao Primeiro Mundo. O Brasil não aparece na lista dos candidatos a receber esse tipo de investimento. Então, vem a pergunta estarrecidora para o País do terceiro milênio: O Brasil tem chances de não ser exclusivamente um consumidor de informação e tecnologias no mundo globalizado? Ou os países subdesenvolvidos continuarão interessando aos desenvolvidos, mas como potencial de mercado consumidor apenas, já que a produção e a geração de riquezas, nos dias atuais, estão diretamente relacionadas ao domínio do conhecimento?

Inseridos neste cenário, o Brasil do Século XXI não pode permitir quadros estatísticos que repitam ou agravem o que temos atualmente, 18 milhões de analfabetos maiores de 15 anos de idade; 25 milhões de semi-alfabetizados maiores de 10 anos de idade; força de trabalho com escolaridade média de 3,5 anos; apenas 63 de cada mil alunos que ingressam no primeiro grau concluem o segundo, desses, somente 48 entram na universidade e oito conseguem concluir o curso superior.

Enquanto isso, no planeta em que 50 milhões de pessoas conectadas à Internet já não têm barreiras para ampliar seus conhecimentos, vimos uma Coreia que investiu na educação, nos anos 70, e hoje colhe frutos contados com 99% de suas crianças completando o primeiro grau, 80% desses ingressando na escola secundária dos quais 38% vão para a universidade.

A verdade é que nos falta ação, nos falta um projeto concreto que modifique a estrutura do magistério e reorienta a utilização dos recursos disponíveis para a educação.

Se conseguirmos manter nossas 8,5 milhões de crianças e adolescentes em risco social nas escolas, pelo menos até completarem o segundo grau, o ano 2025 espera um Brasil que faz justiça a seu tamanho, sua capacidade produtiva e todos os recursos de uma grande nação.

■ Nelson Marchezan, deputado pelo Rio Grande do Sul, sem partido, foi líder do governo Figueiredo, presidente da Câmara Federal, e é titular da Comissão de Educação